

Para entendermos um pouco o drama brasileiro de publicação

Gilson Luiz Volpato

Depto. Fisiologia, IBB, Botucatu, SP, Unesp

www.gilsonvolpato.com.br

Vou lhes contar uma história. Vejo essa história como verídica, mas não vou prová-la. Eu poderia fazer um texto complexo, cheio de dados para demonstrar minhas percepções. Mas não vou gastar tempo com isso, pois o quadro me parece real o suficiente para dispensar tais academicismos.

Trata-se da história que explica nossas dificuldades na redação científica, um tema tão em moda por conta da nossa dificuldade de exercê-la com maestria. A história começa assim, com uma interrogação.

A interrogação representa que, por algum motivo obscuro, alguns cientistas brasileiros despreparados, ainda que bem intencionados, resolveram criar revista científicas aqui no Brasil. Esse ato, embora tenha tido conseqüências não satisfatórias em cerca de 99% dos casos, foi possivelmente um ato de boa vontade e finalidades nobres. Intenções à parte, vamos aos desdobramentos.

Esses cientistas se tornaram, inevitavelmente, os editores dessas revistas. Por conseguinte, segundo seus critérios de qualidade, definiram revisores que representavam seus mesmos conceitos de qualidade científica. Esses, editores e revisores, fizeram um corpo-a-corpo com autores para que submetessem seus manuscritos a esses periódicos. Nessa luta, uma alegação comum era dizer que esses autores precisavam prestigiar as revistas brasileiras. Esse sistema levou a uma reverberação desses conceitos de qualidade que, embora nascidos de um ambiente de excelente intenção, trazia em seu bojo muitos equívocos¹. Assim, os equívocos eram mantidos entre os cientistas brasileiros. Criou-se o chamado Sistema de Produção de Ciência Nacional (SPCN).

Esse conceito de SPCN foi particularmente significativo em duas grandes áreas: nas ciências da terra e nas ciências do homem. As razões são simples. De um lado, a preocupação com as coisas de nossa terra (veterinária, agricultura e produção animal). De outro, as questões ligadas ao brasileiro, como muitos aspectos da clínica da medicina humana, sociologia, educação, entre outras. A preocupação era tão forte com o nosso caso (terra ou homem) que se investiu drasticamente em desenvolver estudos específicos voltados para esses problemas. E essa preocupação excessiva com o “nosso” limitou muito nossa abrangência científica. Nas áreas que não se afunilavam nessas questões, o discurso era mais universal. Por exemplo, se a investigação

¹ Em meu livro [“Pérolas da Redação Científica”](#) apresento 101 deles.

era sobre a energia solar, ou sobre a membrana celular, não se preocupavam muito com o “nacional”, pois não faria sentido. Essas são raízes históricas que explicam boa parte das diferenças de internacionalização entre áreas da ciência brasileira. Muitos outros erros se perpetuaram nesse sistema. Quando lemos um artigo científico, fica nítida a diferença de texto quando o autor tem experiência na ciência internacional e quando ele não tem.

A partir de meados da década de 90, nosso SPCN foi colocado em teste devido ao fenômeno da globalização. O SPCN é colocado em sintonia com o mundo, independente de área. Era como se estivessem entrando em nosso mundinho. Na realidade, todo processo de globalização deve ser visto por dois ângulos. Ele traz vantagens, uma vez que nos dá referenciais externos; mas traz desvantagens, pois coloca no mesmo balaio coisas diferentes, inclusive ignorando histórias. Esses dois desdobramentos são naturais na globalização e não acho que seja prudente lutarmos contra ela, ao menos no momento. O mais razoável é tentarmos maximizar as vantagens desse sistema e minimizar suas desvantagens. Ou seja, vamos aproveitar os referenciais externos e melhorar nossa qualidade para que as diferenças históricas sejam minimizadas. Sei que é difícil, mas não vejo outro caminho. A globalização domina a ponto de não conseguirmos mais nos esconder atrás do SPCN (antigamente isso era feito e olhávamos apenas para no nosso umbigo, achando que era lindo e maravilhoso).

Nessa jornada, o sistema brasileiro de pós-graduação (PG) teve um papel relevante, embora, em minha opinião, esteja sendo ainda um pouco moroso e unilateral. A Capes começou a incorporar conceitos da ciência internacional na avaliação dos programas de PG. Nesse sentido, a Capes foi a grande mediadora entre o que se fazia lá fora e nosso SPCN. Exemplo disso foi a Pós-graduação incorporar alguns índices de avaliação científica presentes na ciência internacional. Como vivi bem de perto todo esse processo, pois ensino redação científica desde 1986 e me envolvi até o pescoço com pós-graduação e revista científica na década de 90, acompanhei o quanto as pessoas, e até mesmo editores científicos, se assustavam, ou se maravilhavam, com conceitos antigos como o Fator de Impacto (idealizado na década de 60, publicado a partir de 1973 e divulgado em meus cursos desde início da década de 90) e o uso da base de dados Web of Knowledge (WoK), um produto do *Institute for Scientific Information* (ISI). Na década de 90, o Brasil tinha menos de 20 periódicos no *Journal Citation Reports* (JCR, segmento do WoK) e alguns editores não sabiam exatamente o que isso significava.

Esse quadro foi apertando à medida que a Capes, já na primeira década do século XXI, caminhou cada vez mais em direção aos indicadores internacionais, incluindo alguns desses índices aos muitos que já utilizava. Segundo imagino, a grande mudança nisso tudo decorreu do sistema de avaliação reduzir drasticamente a força que se dava ao número de publicações, ao mesmo tempo em que se começou a valorizar mais a opinião dos cientistas sobre os trabalhos produzidos (citações e índices derivados delas). Assim, o produto requerido pela PG passa a não ser apenas aquilo que dominamos com certa facilidade (nossa força produtiva em publicar), mas inclui a opinião dos leitores sobre os nossos trabalhos (muito mais difícil de controlar).

Essa alteração no sistema, que ocorreu principalmente desde o final da década de 90, até hoje, tem levado a muitas reclamações. Eu me lembro que participava, em 2008, de uma mesa redonda no Congresso Brasileiro de Fitopatologia, em Belo Horizonte, quando mostrei que a Capes estava incorporando de forma incisiva o conceito de Fator de Impacto para a classificação Qualis das revistas. A reação de uma pessoa do público foi interessante. Levantou-se e disse: “precisamos ir à Capes acabar com isso”. Para minha surpresa, ninguém levantou a possibilidade de que precisássemos mudar nossa forma de avaliar nossa ciência, ou mesmo repensar nossos critérios de qualidade científica. E esse quadro não se prende a essa sociedade científica, é muito geral no Brasil.

Considero que parte dessas reclamações é justificada, pois o domínio do WoK retirou da discussão uma série de revistas científicas. Mais tarde, as reivindicações mais sensatas dos autores e editores vinham no sentido de que se considerassem mais revistas brasileiras nesse sistema. A ampliação do universo das revistas parecia mais justa, como a valorização daquelas no Scopus e no Scielo. Lógico que as reclamações só surgiam porque o sistema foi imposto pela Capes e desclassificava de forma maciça nossas revistas.

O que me chamou a atenção na progressão dessa discussão foi que quando o pior sistema de avaliação científica era adotado, ninguém reclamava. Esse pior sistema era a computação pura e simples do número de artigos produzidos pelo cientista ou pelo programa de PG. Também se incluem aqui as avaliações de revistas, onde se considerava o fato de possuírem ISSN, estarem em alguma base de dados (serem indexadas), terem periodicidade, apresentarem certo número de artigos publicados, possuírem estética do artigo coerente com o conteúdo das normas da revista etc. Ou seja, valorizava-se o formal, mas não o conteúdo, pois a revista podia publicar uma série de artigos equivocados que, atendendo a esses critérios estéticos, seria considerada boa.

Por que a reclamação? Parece-me evidente que ela surge porque os postos hierárquicos começavam a ser ameaçados. Se número de artigos não é mais tão importante, mas a qualidade do veículo de publicação e o efeito da publicação na comunidade acadêmica passam a ser prioridade, o que antes era considerado bom agora pode não mais o ser. Isso pode promover inversão de poder dentro do tão valorizado sistema hierárquico científico, com toda sua vaidade. Assim, respeitando esperadas exceções, acredito que grande parte dessas reclamações não foram focadas na qualidade científica ou na ciência, mas sim na ânsia de que a própria revista ou a própria produção científica fossem valorizadas. A mudança no sistema colocava em cheque o *status quo* de pessoas e revistas. Mudando-se o critério de avaliação, uma reviravolta ocorria no sistema.

Nem a alternativa brasileira do jeitinho ajudou. Vamos nos autocitar, vamos fazer qualquer coisa para conseguirmos aparecer e termos bons índices. Ora, sabemos que todos os índices são limitados e que devem ser vistos dentro da fórmula matemática específica que os constroem. Mas, certamente, toda essa mudança conceitual sobre qualidade científica poderia ser mais bem aproveitada se muitas áreas não se achassem acima da razão e se curvassem para a possibilidade

de que poderiam não estar no caminho certo. Certamente os autores e a ciência brasileira ganhariam muito. O que toda essa mudança nos ensinou foi que ciência é um processo geral, internacional, e que temos que caminhar no sentido da inovação, seja conceitual ou tecnológica... isso é parte do caminho para construirmos um país melhor.

Quero enfatizar o quanto esse processo de mudança, tão criticado em nosso meio, nos ajudou. Vejam o quanto temos discutido qualidade científica desde a virada deste século. Os editores científicos do Brasil buscaram se aperfeiçoar. Estão enfrentando o problema e muitas revistas brasileiras hoje estão no WoK (JCR), mesmo ponderando-se pelo fenômeno Scopus que, teoricamente, teria forçado o WoK a incluir revistas regionais. Ainda temos um longo caminho, pois muitos ainda buscam resolver citações forçando autores a citarem a própria revista onde pretendem publicar. É o caminho da incompetência. É ainda resquício do “jeitinho brasileiro”, mas estamos crescendo. As iniciativas imorais já são criticadas e tidas como vergonhosas pelos próprios brasileiros. Duvido que as diversas áreas, particularmente aquelas da “terra” e do “homem”, tivessem caminhado para a internacionalização caso a Capes não tivesse trazido esses conceitos para a avaliação da pós-graduação. Ou seja, não acho que foi uma mudança conceitual, mas uma tentativa de se conseguir os índices para ganhar os frutos da PG. Fomos arrastados pelo prêmio (conceitos Capes) e estamos chegando a um patamar melhor.

Considero que só há um jeito de ajudar a ciência brasileira. Temos que transformar o sistema de SPCN em SPC (Sistema de Produção de Ciência). Vejam que não ignoro a aplicação da ciência em nosso país. Aliás, a ciência é geralmente feita em algum país. A diferença é que alguns coletam dados num país e discorrem sobre o fenômeno que é geral. Outros ficam estudando os detalhes de onde coletaram os dados. No primeiro caso, as ideias gerais, mesmo com suas especificidades, atendem a um público muito maior do que quando focamos no objeto específico de coleta de dados (por ex., no hospital, na escola, no bairro de determinada cidade etc.).

O Brasil está na hora da vez. A casca está criada. A aparência é boa. O que temos que garantir é que isso tenha base, tenha sustentação. A ciência brasileira aumentou muito sua participação no cenário internacional, seja com nossas revistas ou não. Mas isso é ainda apenas em termos de número de artigos. Continuamos escondidos, sendo pouco citados. Nossa ciência precisa ser mais agressiva, agressiva em qualidade. Neste momento fala-se bastante em inovação. Quão inovadora é a ciência que fazemos? Vejam as teses desenvolvidas em nosso sistema de pós-graduação... ainda há muita confirmação do óbvio. Isso é resquício do SPCN.

O que existe é ciência Forte ou Fraca. A ciência Forte pode levar a publicações fortes; a ciência Fraca não deve levar a publicações fortes, pois seria enganação. Mas, nem toda ciência Forte leva a publicação forte. Aí entra a importância da redação científica. Ela deve valorizar uma ciência de boa qualidade, mas não corrigir uma ciência errada. Ciência Forte com redação fraca e Ciência Fraca geram prejuízos sociais. ■
